



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 10. n. 2, jul./dez. 2018

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 08.09.2017. Revisado por pares em: 28.02.2018. Reformulado em: 19.03.2018. Avaliado pelo sistema double blind review.

QUE FATORES POLÍTICOS INFLUENCIAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGULADAS E NÃO REGULADAS NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIROS?

WHAT POLITICAL FACTORS INFLUENCE THE REGULATED AND UNREGULATED PUBLIC POLICIES IN THE SMALL MUNICIPALITIES OF NORTHEASTERN BRAZIL?

¿QUÉ FACTORES POLÍTICOS INFLUENCIAN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGULADAS Y NO REGULADAS EN LOS PEQUEÑOS MUNICIPIOS DEL NORDESTE BRASILEÑOS?

Autores

Willson Gerigk

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Endereço: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Campus de Irati - PR 153 Km 7 - Riozinho - CEP 84500-000 - Irati - PR – Brasil. Telefone: (42) 3421-3000.

Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9085562155938774>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2144-3452>

Research Gate: https://www.researchgate.net/profile/Willson_Gerigk

E-mail: wgerigk@unicentro.br

Flávio Ribeiro

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Assistente do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Endereço: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Campus de Irati - PR 153 Km 7 - Riozinho - CEP 84500-000 - Irati - PR – Brasil. Telefone: (42) 3421-3000.

Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9438513814847904>

ResearcherID: <http://www.researcherid.com/rid/U-7650-2017>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3547-9539>

Research Gate: https://www.researchgate.net/profile/Flavio_Ribeiro8

E-mail: flavioribeiro@unicentro.br

Alessandro Lepchak

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Assistente do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Endereço: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Campus de Irati - PR 153 Km 7 - Riozinho - CEP 84500-000 - Irati - PR – Brasil. Telefone: (42) 3421-3000.

Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8883579483081987>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0533-0386>

E-mail: lepchak@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa estudou os municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes da região nordeste do Brasil, com o objetivo de determinar que fatores políticos exerceram influência sobre as políticas públicas reguladas e não reguladas. Como políticas públicas reguladas utilizou-se os gastos municipais com *educação* e com *saúde* e como não regulada os com *administração/planejamento*. A abordagem da pesquisa é quantitativa, com o emprego da análise de dados em painel pelo método de efeitos fixos. As variáveis explicativas são os seguintes fatores políticos: (i) ciclo político orçamentário; (ii) ideologia políticas, (iii) alinhamento político entre os pequenos municípios e os níveis superiores de governo; e (iv) competição política. A amostra inicial constituiu-se dos municípios que disponibilizaram dados junto à MF/STN/FINBRA, entre 2001 e 2012, totalizando 2.414 observações. Os resultados indicaram que os ciclos políticos orçamentários influenciaram as políticas reguladas e não reguladas nos municípios com menos de cinco mil habitantes e que a opção dos gestores foi priorizar os gastos com educação e saúde nas eleições municipais. A ideologia política não é um fator que diferencia a aplicação de recursos nas áreas analisadas. As formas de alinhamentos políticos entre os governos locais e os superiores revelaram baixa influência sobre as áreas de gastos pesquisadas. A competição política no âmbito do Legislativo municipal sugere que quanto mais acirrada a competição política, maiores os gastos com a área administrativa e de saúde. Por fim, a pesquisa contribuiu na avaliação dos efeitos de fatores políticos sobre dois extremos das políticas públicas nos pequenos municípios (políticas reguladas e não reguladas) e, também, por detalhar a compreensão desses efeitos em um grupo específico de municípios, ampliando a compreensão sobre esses fatores e seus impactos no âmbito municipal.

Palavras chave: Pequenos municípios brasileiros. Políticas públicas, Gastos locais regulados. Gastos locais não regulados. Fatores políticos.

ABSTRACT

The present study studied the Brazilian municipalities with less than five thousand inhabitants in the northeastern region of Brazil, in order to determine which political factors exerted influence on regulated and unregulated public policies. As regulated public policies, municipal expenditures were used with education and health and as unregulated ones with administration / planning. The research approach is quantitative, using the analysis and panel data by the fixed effects method. The explanatory variables are the following political factors: (i) budget political cycle; (ii) political ideology, (iii) political alignment between small municipalities and higher levels of government; and (iv) political competition. The initial sample consisted of the municipalities that provided data to the MF / STN / FINBRA between 2001 and 2012, totaling 2,414 observations. The results indicated that political budget cycles influence regulated and unregulated policies in municipalities with less than 5,000 inhabitants and that the managers'

option was to prioritize education and health expenditures in municipal elections. Political ideology is not a factor that differentiates the application of resources in the areas analyzed. The forms of political alignment between local governments and superiors revealed little influence on the areas of expenditure surveyed. Political competition within the municipal legislature suggests that the more intense the political competition, the greater the spending on the administrative and health area. Finally, the research contributed to the evaluation of the effects of political factors on two extremes of public policies in small municipalities (regulated and unregulated policies).

Keywords: Small Brazilian municipalities. Public policy. Regulated local expenditure. Unregulated local expenditure. Political factors.

RESUMEN

La presente investigación estudió los municipios brasileños con menos de cinco mil habitantes de la región nordeste de Brasil, con el objetivo de determinar qué factores políticos ejercieron influencia sobre las políticas públicas reguladas y no reguladas. Como políticas públicas reguladas se utilizaron los gastos municipales con educación y con salud y como no regulada los con administración / planificación. El enfoque de la investigación es cuantitativo, con el empleo del análisis y datos en panel por el método de efectos fijos. Las variables explicativas son los siguientes factores políticos: (i) ciclo político presupuestario; (ii) ideología política, (iii) alineamiento político entre los pequeños municipios y los niveles superiores de gobierno; y (iv) competencia política. La muestra inicial se constituyó de los municipios que disponibilizaron datos junto a la MF / STN / FINBRA, entre 2001 y 2012, totalizando 2.414 observaciones. Los resultados indicaron que los ciclos políticos presupuestarios influyen las políticas reguladas y no reguladas en los municipios con menos de cinco mil habitantes y que la opción de los gestores fue priorizar los gastos con educación y salud en las elecciones municipales. La ideología política no es un factor que diferencia la aplicación de recursos en las áreas analizadas. Las formas de alineamientos políticos entre los gobiernos locales y los superiores revelaron baja influencia sobre las áreas de gasto investigadas. La competencia política en el marco del Legislativo municipal sugiere que cuanto más fuerte la competencia política, mayores los gastos con el área administrativa y de salud. Por último, la investigación contribuye en la evaluación de los efectos de factores políticos sobre dos extremos de las políticas públicas en los pequeños municipios (políticas reguladas y no reguladas).

Palabras clave: Pequeños municipios brasileños. Políticas públicas. Gastos locales regulados. Gastos locales no regulados. Los factores políticos.

1 INTRODUÇÃO

Os municípios brasileiros, de maneira geral, ganharam importância quanto à execução de políticas públicas com a vigência da Constituição Federal de 1988, devido à reconfiguração das relações e das responsabilidades sobre a oferta de serviços públicos para a população entre as esferas de governo. O que culminou na descentralização de políticas públicas básicas aos municípios e na provisão de recursos às esferas subnacionais, em especial os entes locais. Aspectos que propiciaram, principalmente, o desenvolvimento de políticas públicas universais, como as de educação e saúde, no ambiente municipal (ALMEIDA, 2001; SOUZA, 2004, 2005).

Para Sátyro (2008) a volta da democracia ao cenário político brasileiro, após o período da ditadura militar e as novas especificações e relações quanto à provisão das políticas públicas, propiciaram uma revitalização da política brasileira em todas as esferas de governo, aumentando as expectativas de que tais variáveis exerçam efeitos sobre as finanças, a oferta e a execução de políticas públicas.

Diante desse contexto, a presente pesquisa estuda os municípios brasileiros com população até cinco mil habitantes da região nordeste brasileira, objetiva-se verificar se os gastos públicos agregados dos governos locais são influenciados por variáveis políticas.

Ao abordar os gastos agregados ou por funções de governo no âmbito municipal, é necessário destacar os regulados e os não regulados, em razão das determinações legais que obrigam a aplicação de percentuais mínimos de algumas receitas em áreas específicas. Educação e Saúde são consideradas áreas de políticas públicas reguladas e que contam com percentuais mínimos de aplicação determinados constitucionalmente. As áreas de habitação, urbanismo e transporte a regulação é limitada. Há ainda, áreas como administração e planejamento, totalmente desreguladas.

As políticas reguladas são aquelas sobre as quais a legislação e a supervisão federal limitam a autonomia decisória dos entes subnacionais, estabelecendo patamares de gastos e exigências quanto a execução das políticas. As não reguladas, por sua vez, caracterizam-se pela autonomia do ente público em sua execução (ARRETCHE, 2012).

Essa distinção entre políticas públicas reguladas e não reguladas é observada, na presente pesquisa, no sentido de existir determinações legais para a aplicação mínima de recursos, por parte dos governos locais, nas áreas reguladas. Portanto, não são considerados, nessa separação, os limites máximos de gastos determinados pela legislação, que são comuns a todas as áreas de governo indistintamente.

Considerando a distinção entre *políticas públicas reguladas* e *não reguladas*, a presente pesquisa analisará os gastos na área de administração e planejamento, exclusivamente custeada por recursos municipais e entendida como uma área de políticas públicas não regulada, sendo seus serviços destinados a atender as necessidades da própria administração e, de maneira geral, negligenciada nas pesquisas sobre determinantes das políticas públicas na esfera subnacional. Por outro lado, seguindo a linha de pesquisa sobre políticas públicas subnacionais, serão analisados os gastos com educação e saúde. Que diferentemente da área administrativa são as mais reguladas no âmbito local, além de contarem com um contingente amplo de programas federais que auxiliam na oferta de tais políticas nos municípios. Dessa forma, a pesquisa avaliará, em razão da forma de custeio/financiamento e de utilização dos serviços públicos, dois extremos das políticas públicas nos pequenos municípios.

A utilização dos gastos municipais na função de governo administração/planejamento, como política pública não regulada, parte do entendimento de Souza, (2006, p.26) de que as políticas públicas compreendem “colocar o governo em ação”, e de que estas “guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos”. Assume-se ainda, “[...] que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que, [...], a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”” (SOUZA, 2006, p.26).

O tamanho populacional dos municípios seguramente afeta sua capacidade de gerar recursos e de administrá-los. Segundo Sakurai (2009) é importante considerar que após a Constituição Federal de 1988, e devido à proximidade dos indivíduos em relação ao poder municipal, em comparação com o estadual e o federal, as demandas da sociedade por serviços públicos passaram a recair, principalmente, sobre as administrações municipais.

Pressupondo que tais demandas se acentuam à medida que o tamanho dos municípios diminui, esta pesquisa tem por objetivo verificar os impactos do ciclo político orçamentário, da ideologia política, do alinhamento político entre os pequenos municípios e os níveis superiores de governo e da competição política sobre os gastos municipais com administração/planejamento (não regulada), com educação e com saúde (reguladas) nos municípios com população inferior a cinco mil habitantes da região nordeste brasileira.

Considerando, também, os resultados distintos sobre os impactos das variáveis de caráter político sobre os gastos no nível municipal, nas pesquisas de Sakurai e Gremaud (2007); Rodrigues (2007); Sakurai (2009); Oliveira e Carvalho (2009); Leite (2010); Rodrigues (2010), Cavalcante (2012) e Queiroz (2015) que investigaram o comportamento das despesas municipais e seu relacionamento com fatores de ordem política, como os *períodos eleitorais* e a *ideologia política*. Coêlho (2010) que abordou os efeitos da *competição eleitoral* no âmbito municipal sobre a provisão de políticas de transferência de rendas. Arretche e Rodden (2004); Ferreira e Burgarin (2007); Oliveira e Carvalho (2009); Cavalcante (2012) analisaram as influências dos *alinhamentos políticos* dos governos municipais com o federal e os estaduais sobre as políticas municipais.

A presente pesquisa busca responder a seguinte questão: **Que fatores políticos exerceram influência sobre os gastos com administração/planejamento, educação e saúde nos pequenos municípios da região nordeste brasileira entre 2001 a 2012?**

Dessa forma, o estudo contribui sobre os seguintes aspectos: (i) na verificação de quais fatores políticos influenciaram as políticas públicas reguladas (gastos com educação e saúde) e as não reguladas (gastos com administração e planejamento) nos pequenos municípios da região nordeste e em que medida e (ii) por ter como unidade de estudo um grupo de municípios pouco explorado na literatura, ampliará a compreensão dos efeitos das variáveis políticas sobre a aplicação de recursos no âmbito municipal. Como *proxies* dessas políticas públicas locais serão utilizados os gastos orçamentários anuais realizados pelos pequenos entes locais nas respectivas funções de governo, entre 2001 a 2012.

Após essa introdução, são apresentadas características dos pequenos municípios do nordeste brasileiro. Abordam-se os aspectos políticos: ciclo político orçamentário, ideologia política, alinhamento político e a competição política. Na sequência, a metodologia da pesquisa é descrita. Por fim, os efeitos das variáveis políticas são apresentados. Na conclusão, os achados da pesquisa são evidenciados.

2 CARACTERÍSTICAS DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA REGIÃO NORDESTE

O Brasil contava, em 1999, com 5.507 municípios. Destes, 1.407 (25,5% do total) tinham menos de cinco mil habitantes; 1.309 (23,8%) entre cinco e dez mil; 1.355 (24,6%) entre 10 e 20 mil; 1.220 (22,2%) entre 20 e 100 mil, 187 (3,4%) entre 100 e 500 mil e 29 municípios com mais de 500 mil (0,5%). Em 2012, o total de municípios passou a ser de 5.565, 1.300 deles (23,3%) com menos de cinco mil habitantes; 1.210 (21,7%) entre 5 e 10 mil; 1.386 (24,9%) entre 10 e 20 mil; 1.381 (24,8%) entre 20 e 100 mil; 250 (4,5%) de 100 a 500 mil e 38 (0,7%) acima de 500 mil (IBGE, 1999; 2012).

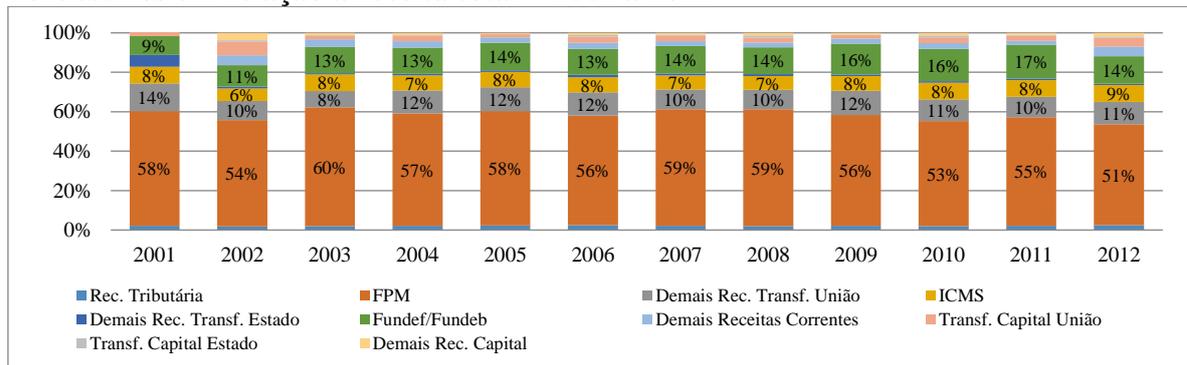
A região Nordeste contava em 1999 com 1.787 municípios e passou a ter 1.794 em 2012. Destes, os pequenos totalizaram, respectivamente, 289 (16,17% do total) e 240 (13,38%). Os estados com maiores percentuais de municípios com menos de cinco mil habitantes, são o Piauí, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, pouco mais de 82% do total de pequenos municípios nordestinos em 1999 e 84% em 2012. A Tabela 1 evidencia os municípios da região nordeste brasileira, por estados.

Tabela 1 – Municípios da região nordeste brasileira – 1999 e 2012

Estados	1999			2012		
	Total	Até 5 mil	%	Total	Até 5 mil	%
Alagoas	101	8	7,92%	102	6	5,88%
Bahia	415	9	2,17%	417	9	2,16%
Ceará	184	2	1,09%	184	2	1,09%
Maranhão	217	14	6,45%	217	5	2,30%
Paraíba	223	78	34,98%	223	69	30,94%
Pernambuco	185	3	1,62%	185	3	1,62%
Piauí	221	103	46,61%	224	83	37,05%
Rio Grande do Norte	166	58	34,94%	167	51	30,54%
Sergipe	75	14	18,67%	75	12	16,00%
Total	1.787	289	16,17%	1.794	240	13,38%

Fonte: IBGE (1999; 2012).

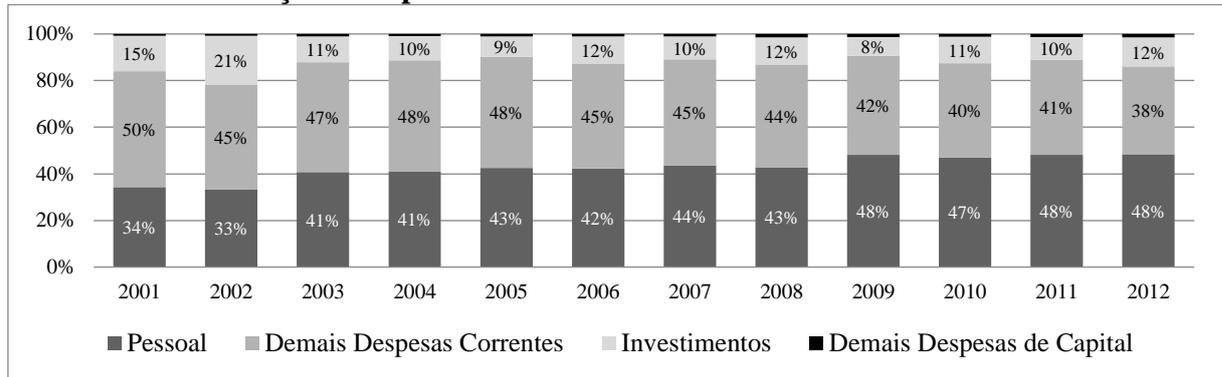
A base das receitas orçamentárias dos pequenos municípios da região nordeste foram o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que representou, em média, de 2001 a 2012, 56% das receitas totais municipais, seguido das transferências do Fundef/Fundeb com 13,6%, das demais transferências da União que registraram média de 11%, no período, e da Quota-Parte do ICMS que respondeu, em percentuais médios, por 7,6% das receitas locais de 2001 a 2012 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Percentuais médios das principais receitas dos pequenos municípios nordestinos em relação a receita total – 2001 a 2012

Fonte: MF/STN/FINBRA (2001; 2012).

A estrutura dos gastos apresentaram os seguintes valores, em relação às despesas totais (Gráfico 2): as despesas correntes passaram de 84% em 2001 para 86% em 2012; as despesas de capital reduziram-se de 16% para 14%; as despesas com pessoal foram as que apresentaram crescimento constante entre 2001 a 2012, passaram de 34% para 48%, enquanto as demais despesas correntes (materiais de consumo, contratações de serviços de terceiros, subvenções sociais, juros da dívida entre outras) reduziram-se de 50% para 38% no mesmo período. Os investimentos públicos responderam, em média por, 11,75% das despesas orçamentárias totais dos pequenos municípios nordestinos (MF/STN/FINBRA, 2001; 2012).

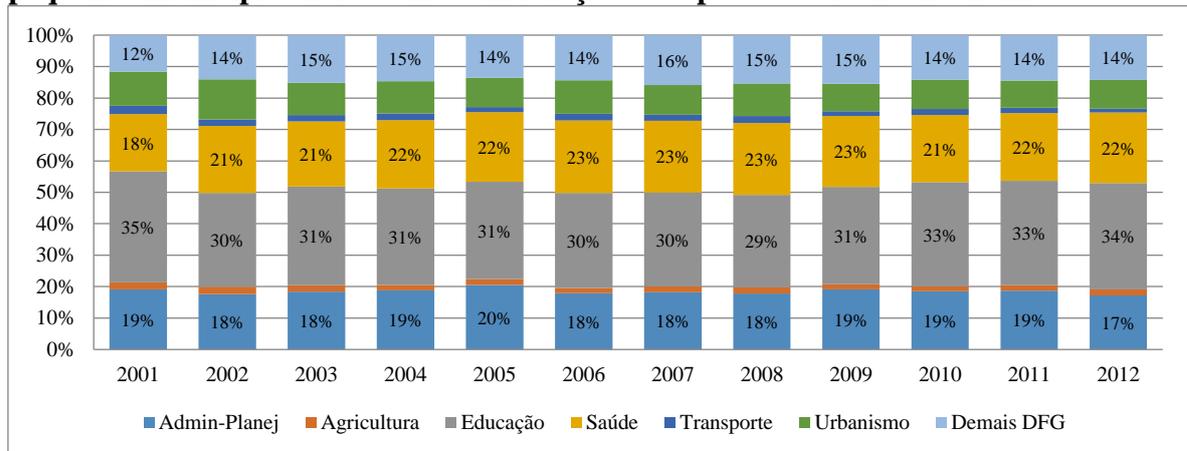
Gráfico 2 – Percentuais médios das principais despesas dos pequenos municípios nordestinos em relação a despesa total – 2001 a 2012



Fonte: MF/STN/FINBRA (2001; 2012).

Os percentuais anuais das despesas por funções de governo, Gráfico 3, indicaram que as seis principais despesas agregadas (administração e planejamento; agricultura; educação; saúde e saneamento; habitação e urbanismo e transporte) responderam, em média, por cerca de 85,5% do montante de despesas realizadas, sendo a diferença, em torno de 14,5%, aplicada a outras funções de governo possíveis, as quais totalizam outras 22 opções.

Gráfico 3 – Percentuais médios das principais despesas por função de governo dos pequenos municípios nordestinos em relação a despesas total – 2001 a 2012



Fonte: MF/STN/FINBRA (2001; 2012).

Os pequenos municípios da região nordeste aplicaram, em média, nos 12 anos analisados, 31,5% do total das despesas em educação, 21,7% na área de saúde e saneamento, 18,5% em despesas com administração e planejamento, 10% em habitação e urbanismo e 1,9% na agricultura e na área de transporte.

As exigências legais obrigam aplicações mínimas de recursos nas áreas de educação e saúde. São essas funções que mais receberam aporte de recursos dos pequenos municípios, nordestinos, 53% do total das despesas orçamentárias, seguido da função de administração/planejamento, que registrou percentual médio (18,5%) que foi superior ao somatório dos percentuais das outras três principais áreas – habitação-urbanismo, transporte e agricultura – que, juntas, atingiram 13,8% em relação ao total das despesas municipais no período pesquisado.

3 ASPECTOS POLÍTICOS

Os aspectos políticos abordados na presente pesquisa referem-se ao ciclo político orçamentário, a ideologia política, as formas de alinhamento político entre os governos locais e os entes superiores (União e estados) e a competição política.

3.1 CICLO POLÍTICO ORÇAMENTÁRIO

A teoria do ciclo político orçamentário, proposta por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), baseada no estudo de Nordhaus (1975), defende que os partidos governantes, independentemente da ideologia política, manipulam seus gastos orçamentários para políticas públicas altamente visíveis ao eleitorado, assumindo que os eleitores e os políticos são agentes racionais e maximizadores de utilidade. A tese geral é que quando os períodos eleitorais são conhecidos antecipadamente, os governantes tenderiam a tomar decisões, em especial de natureza orçamentária, para colocar em evidência suas gestões junto aos eleitores. A existência de informação incompleta proporciona incentivos para os governantes distorcerem a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar a probabilidade de êxito nas eleições. Ressaltando que o modelo proposto contempla um comportamento subótimo dos eleitores devido à assimetria informacional, visto que, se os agentes são racionais suas expectativas também devem ser. Com isso, os eleitores internalizariam o comportamento dos políticos no poder.

Nessa linha de estudos, Schuknecht (1998) analisou países em desenvolvimento, entre 1973 a 1992. Seus resultados indicaram que, no cômputo geral, os aumentos de despesa são mais importantes que a redução de impostos em períodos eleitorais, em razão do nível de renda da população. Além disso, os investimentos públicos, devido à sua adaptabilidade ao calendário eleitoral, são utilizados para obter vantagens eleitorais.

Analisando a ocorrência de ciclo político orçamentário em países desenvolvidos e em desenvolvimento, no período de 1975 a 1995. Shi e Svensson (2006) concluem que o ciclo político orçamentário é um fenômeno universal. Em geral, os gastos aumentam e as receitas diminuem, resultando em maior déficit fiscal. Além disso, quando o calendário eleitoral é pré-determinado, os níveis de ocorrência do ciclo político orçamentário são mais elevados nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

Entretanto, Brender e Drazen (2004) afirmam que a existência de ciclos orçamentários eleitorais é um fenômeno mais observado em países com “democracias novas” do que nos países com “democracias estabilizadas”. Analisando países com essas características entre 1960 a 2001, sugerem que o aumento da experiência eleitoral e da compreensão por parte dos eleitores sobre as informações orçamentárias podem restringir as manipulações efetivadas pelos governantes com objetivos eleitorais.

Os estudos internacionais no nível municipal têm confirmado a ocorrência de ciclos políticos orçamentários em municípios. Petterson-Lidbom (2003), tratando de municípios suecos, entre 1974 a 1998, indicou que as despesas crescem e a arrecadação de impostos é reduzida em anos eleitorais. Drazen e Eslava (2005) analisaram os entes locais colombianos de 1992 a 2000 e propuseram um modelo separando os gastos direcionados aos eleitores daqueles que não eram, concluíram que os gastos que atendem aos interesses dos eleitores aumentaram em períodos pré-eleitorais e que essas manipulações se efetivaram mediante a realocação de determinadas despesas dentro do orçamento público, com o objetivo de evitar déficits orçamentários. Veiga e Veiga (2007), em pesquisa com entes públicos locais portugueses, no período de 1979 a 2000, revelam que os gastos aumentaram em períodos pré-eleitorais, especialmente em itens que são altamente visíveis ao eleitorado, como as despesas em obras públicas.

Nessa mesma linha de pesquisa, o estudo de Sakurai (2009), que englobou quase a totalidade dos municípios brasileiros de 1990 a 2005, verificou se as despesas municipais por função de governo poderiam ser direcionadas ou influenciadas em razão de interesses eleitorais dos prefeitos municipais. Os resultados evidenciaram que as despesas com saúde e saneamento, habitação e urbanismo, assistência e previdência e com transporte aumentam em períodos eleitorais.

3.2 IDEOLOGIA POLÍTICA

A ideologia partidária é empregada nas análises sobre políticas públicas com o objetivo de detectar possíveis diferenças em relação às suas implementações e/ou execuções, em razão da orientação ideológica dos partidos governantes. A classificação ideológica, normalmente empregada nessas pesquisas, leva em conta a forma pela qual os governos intervêm na economia.

Para Zucco Jr. (2009) esquerda e direita ainda estão claramente associadas a maior e menor intervenção do Estado na economia. Os partidos de esquerda tendem a preferir uma economia com estado dominante a qualquer outro tipo de arranjo; os de direita seriam caracterizados por preferirem um modelo de mercado puro e os de centro teriam preferência por um modelo de equilíbrio entre Estado e mercado.

Em relação às políticas públicas, Cavalcante (2012) argumenta que os partidos de esquerda apresentariam uma postura mais intervencionista e um desempenho mais ativo, sendo mais favoráveis ao aumento da tributação e de políticas sociais redistributivas. Os de direita exibiriam uma postura contrária a essa quando no governo.

Segundo Tarouco e Madeira (2013a, p. 150), os gastos sociais, além de afetarem os resultados macroeconômicos, são medidas redistributivas e, portanto, políticas preferidas por governos de esquerda, enquanto políticas de ajuste fiscais seriam preferidas por governos de centro e de direita. Essas preferências decorrem dos vínculos dos partidos com classes sociais: partidos de esquerda representam classes trabalhadoras e partidos de direita são identificados com proprietários e grupos sociais privilegiados.

As pesquisas brasileiras que avaliaram as diferenças de resultado entre os partidos com ideologias classificadas no eixo esquerda-centro-direita, quando no governo, apresentaram resultados distintos e contraditórios, dependendo do nível de governo e da política pública analisada.

Quanto à hipótese de que partidos políticos de diferentes concepções ideológicas aplicariam de forma distinta os recursos na esfera municipal, Rodrigues (2007), analisando os municípios catarinenses, entre 1993 a 2000, concluiu não ser possível afirmar que existem diferenças na aplicação dos recursos municipais entre os partidos de esquerda quando comparados com os de centro e os de direita. E que as diferenças percebidas nos volumes de gastos são cíclicas e independem da concepção ideológica do partido político que está no governo local.

O estudo de Sakurai (2009), com os municípios brasileiros, revelou que os partidos de esquerda e de direita aplicam mais recursos em saúde/saneamento e menos em habitação/urbanismo e educação que os de centro. Entretanto, o de Oliveira e Carvalho (2009), com os municípios fluminenses de 1998 a 2006, indicou que os partidos políticos classificados como de esquerda gastaram mais nas funções de governo agricultura, habitação e urbanismo que os partidos de direita.

Cavalcante (2012) analisou o impacto de variáveis relativas ao sistema político sobre os gastos sociais municipais: educação, saúde, assistência social, saneamento e habitação, entre 1996 a 2010. Os resultados em relação à ideologia partidária seguem a literatura, ou seja, os partidos de esquerda arrecadaram mais impostos e apresentaram melhores resultados nas áreas

sociais analisadas, confirmando a existência de diferenças ideológicas na aplicação de recursos entre os municípios brasileiros.

Para Tarouco e Madeira (2013b), as diferenças ideológicas continuam sendo utilizadas como variável independente para explicar desde a coerência das coligações até políticas públicas implementadas pelos governos. A principal controvérsia em relação à análise da ideologia partidária em políticas públicas, segundo Sátyro (2008), engloba o problema da existência ou não de resultados discrepantes em razão das diferenças ideológicas entre partidos que estão governando.

Na presente pesquisa assume-se que os partidos políticos classificados na ideologia de esquerda (usados como referência) tendem a apresentar estruturas de governos maiores e mais ativas, bem como, maior preocupação com as políticas sociais do que os partidos políticos de centro e de direita.

3.3 ALINHAMENTOS POLÍTICOS ENTRE OS GOVERNOS LOCAIS E OS ENTES PÚBLICOS SUPERIORES

As análises envolvendo o alinhamento político-partidário entre os pequenos governos municipais e os entes públicos superiores (União e estados), buscam identificar se os vínculos partidários entre os poderes executivos de diferentes níveis de governo implicam melhores condições para o desenvolvimento de políticas públicas locais.

Arvate, Avelino e Lucinda (2008) argumentam que o vínculo partidário entre os chefes dos poderes executivos pode levar a certos “privilégios políticos”, em especial, do federal para os estaduais e municipais. Segundo Cavalcante (2012), as pesquisas envolvendo as transferências voluntárias da União aos estados e municípios buscam verificar a existência de “um canal de solidariedade partidária” entre os níveis de governo.

Arretche e Rodden (2004) realizaram estudo nesse sentido, no período de 1991 a 2000, testando, entre outras hipóteses, que os distritos controlados pelos partidos ou pelos governadores pertencentes à coalizão do presidente da república seriam mais beneficiados pelas transferências intergovernamentais sujeitas à autoridade do presidente, ou seja, com algum grau de discricionariedade. Os resultados sugerem que os parlamentares que pertenciam à coalizão do presidente aumentaram exponencialmente suas chances de obter recursos voluntários para seus estados ou municípios de origem.

No âmbito municipal, Ferreira e Burgarin (2007), em pesquisa englobando os anos de 1999 a 2004, concluíram que existem evidências empíricas de que parte das receitas de transferências voluntárias recebidas pelos governos municipais é politicamente motivada, isto é, os municípios em que prefeito pertencia à coligação que elegeu o governador do estado ou vinculado ao mesmo partido do presidente da república receberam mais recursos voluntários.

O estudo de Vieira e Arvate (2008), entre 1996 a 2004, confirmou que os repasses de transferências voluntárias aumentaram nos períodos eleitorais, sendo relevante para explicar o incremento dos gastos sociais e com investimentos públicos para os municípios alinhados politicamente com o presidente e o governador do estado, confirmando o viés político das transferências voluntárias.

A expectativa quanto às formas de alinhamentos políticos entre os governos dos pequenos municípios brasileiros e os entes públicos superiores (União e estados), é que essas vinculações contribuam com as finanças municipais, visto que a proximidade entre o administrador local e os administradores federal e estadual permitiria que o primeiro recebesse mais recursos das administrações superiores, quando comparado com aqueles que não se encontram nessa mesma situação política.

3.4 COMPETIÇÃO POLÍTICA

A competição política no âmbito dos municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes é o último fator analisado. Segundo Sátyro (2008), quando existe um alto nível de competição eleitoral e, por isso, influência política efetiva dos pobres (direito ao voto), os políticos têm fortes incentivos para aumentar gastos com políticas sociais. O argumento implícito é de que ambientes com competição eleitoral apresentam níveis de incerteza para as elites partidárias, isso aumenta a responsabilidade destas em relação às necessidades dos cidadãos.

Chhibber e Nooruddin (2004), em pesquisa com os estados indianos, no período de 1967 a 1997, revelaram que nos sistemas em que a disputa eleitoral é mais concentrada, como no bipartidário, existe a necessidade de coalizões mais amplas (menor concorrência política), resultando na provisão de bens públicos voltados às necessidades gerais da população, como energia elétrica e água potável. Enquanto isso, nos sistemas em que a concorrência eleitoral é mais dispersa (maior disputa política), como nos multipartidários, os partidos têm incentivos para desenvolver ações para grupos específicos de eleitores, resultando em menor provisão de bens públicos de caráter universal. Ou seja, quanto maior o nível de competição política para aos cargos eletivos, menores os incentivos para que os recursos sejam aplicados em bens públicos.

Quanto aos impactos da competição política junto às políticas sociais dos estados brasileiros, Sátyro (2008) desvendou um “carácter frágil e marginal” dos fatores políticos na provisão de políticas sociais dos governos estaduais brasileiros, após a redemocratização. Indicando que a competição política não se mostrou um aspecto político influente sobre as políticas sociais analisadas.

Abordando os efeitos da competição eleitoral na esfera municipal, Coêlho (2010), analisando os municípios paulistas entre 1995 a 2001, concluiu que a criação de políticas públicas locais de transferência de renda ocorreu em maior proporção nos municípios com competição eleitoral alta e que a probabilidade de adesão ao programa federal de transferência de renda foi maior em ambientes políticos municipais menos competitivos.

Cavalcante (2013) estudou todos os municípios brasileiros com a finalidade de verificar se o grau de competição eleitoral nos pleitos municipais exerceria influência sobre a atuação dos prefeitos, entre 2002 a 2009. Os resultados surpreenderam ao demonstrarem, a despeito do fato de o país viver em uma democracia com eleições frequentes e multipartidarismo, que a ameaça eleitoral não exerceu impacto relevante sobre o desempenho dos prefeitos, em relação às três políticas sociais abordadas: assistência social, educação e saúde.

As pesquisas descritas indicam resultados diferenciados quanto aos efeitos da competição política sobre as políticas e os gastos públicos analisados. A presente pesquisa assume que quanto maior a competição política no âmbito municipal maiores os gastos com as políticas públicas que beneficiam o maior número de cidadãos, isto é, as políticas sociais. No caso pesquisado, as áreas de educação e de saúde em detrimento às demais. Ou seja, os gestores dos pequenos municípios destinariam mais recursos para essas políticas públicas universais, por serem consideradas pela população como primordiais.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem é quantitativa, com emprego de análise multivariada de dados em painel. Segundo Fávero *et al.* (2009), essa técnica combina a abordagem *cross-sectional* (que estuda o comportamento das variáveis para as observações da amostra com o tempo fixo: dia, mês ou ano) e de séries temporais (que estuda a evolução das variáveis de uma observação durante

determinado período de tempo). Assim, a análise de dados em painel permite monitorar as variáveis de diversas observações ao longo de vários períodos.

Como nem todos os municípios possuíam dados para compor as variáveis em todos os anos da série tem-se um painel desbalanceado. O método definido para ser utilizado nas análises de dados em painel, após a realização dos testes estatísticos indicados, foi o de efeitos fixos. A Equação 1 expressa o modelo da análise de dados em painel de efeitos fixos:

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta_1 X_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Onde:

i = indivíduo analisado (pessoa, empresa, município, país etc.)

t = unidade de tempo da análise (dia, mês, ano etc.)

O termo efeitos fixos, nas análises de dados em painel, deve-se ao fato de que, embora o intercepto possa diferir entre os indivíduos, o intercepto de cada indivíduo não varia com o tempo (GUJARATI; PORTE, 2011). Segundo Favero *et al.* (2009, p. 382) pode-se verificar que “[...] o subscrito i no termo do intercepto sugere que os interceptos das observações (empresas, indivíduos, países, municípios, entre outras) podem ser diferentes e essas diferenças podem ser devidas às características peculiares de cada observação”.

As variáveis explicativas empregadas na pesquisa mantêm relação com (i) o *ciclo político orçamentário* (calendário eleitoral), tanto municipal como o federal e o estadual, (ii) a *ideologia partidária*, (iii) as *formas de alinhamento político* entre os governos municipais e os governos estadual e federal e (iv) a *competição política*. Também, são usadas variáveis de controle relacionadas a aspectos socioeconômicos dos pequenos municípios. O Quadro 1 apresenta a matriz da relação esperada entre os gastos municipais analisados e as variáveis independentes.

Quadro 1: Matriz com variáveis explicativas, variáveis de controle e a relação esperada com os gastos municipais analisados

Variáveis		Administração/ Planejamento	Educação	Saúde
Variáveis Explicativas Políticas	Ano Eleição Federal	(-)	(+)	(+)
	Ano Eleição Municipal	(-)	(+)	(+)
	Ideologia Partidária – Centro	(-)	(-)	(-)
	Ideologia Partidária – Direita	(-)	(-)	(-)
	Relação Partidária Presidente	(+)	(+)	(+)
	Relação Partidária Governador	(+)	(+)	(+)
	Coligação Direta Presidente	(+)	(+)	(+)
	Coligação Direta Governador	(+)	(+)	(+)
	Coligação Indireta Presidente	(+)	(+)	(+)
	Coligação Indireta Governador	(+)	(+)	(+)
Variáveis Socioeconômicas	Número Efetivo de Partidos (NEP)–Executivo Municipal	(-)	(+)	(+)
	Número Efetivo de Partidos (NEP)–Legislativo Municipal	(-)	(+)	(+)
	População Total (Log. Natural)	(-)	(+)	(+)
	População Jovem – % (< 15 anos)	(-)	(+)	(-)
	População Idosa – % (> 60 anos)	(-)	(-)	(+)
	PIB municipal <i>per capita</i>	(+)	(+)	(+)

Fonte: Os autores (2017).

Para avaliar os efeitos dos anos eleitorais sobre as variáveis explicadas foram utilizadas duas variáveis, uma para representar as eleições municipais (2004, 2008 e 2012) e outra para identificar as eleições federais e estaduais (2002, 2006 e 2010). O objetivo é determinar se os administradores locais tendem a mudar a execução orçamentária em anos eleitorais para

umentar os gastos em políticas públicas sociais, para mostrar mais competência ao eleitorado e, conseqüentemente, melhorar a avaliação de suas gestões.

A segmentação dos partidos dos prefeitos dos pequenos municípios por ideologia visa detectar possíveis diferenças em relação às políticas públicas desenvolvidas por meio da execução do orçamento público. Assim, os governantes vinculados a partidos de esquerda buscariam arrecadar mais e aplicar na expansão dos serviços públicos à população. Os governantes vinculados a partidos de centro e de direita buscariam políticas de ajustes fiscais, menos intervencionistas. Os partidos políticos classificados como de esquerda são utilizados como referência nas análises.

A presente pesquisa baseia-se em Fernandes (1995), Coppedge (1997), Mainwaring, Power e Meneguello (2000), Power (2000), Rodrigues (2002) e Zucco Jr. (2011) para classificar os partidos políticos brasileiros nas ideologias partidárias de esquerda, centro e direita. Com base nesses autores, PPB/PP, PTB, PSL, PST, PSC, PL/PR, PFL/DEM, PSDC, PTC, PSD, PRP e Prona são classificados como partidos de direita; PMDB, PSDB e PPS como de centro; e PDT, PT, PMN, PSB, PV e PCdoB são classificados como de esquerda.

Espera-se verificar possíveis diferenças entre as três ideologias no seguinte sentido: os governos municipais de esquerda apresentam estruturas de governos maiores e políticas públicas expansionistas na provisão de serviços públicos à população, culminando, no caso do recorte de municípios estudados, em maiores gastos com pessoal e, conseqüentemente, maior volume de recursos nas três áreas de gastos públicos pesquisadas, do que os entes locais vinculados às ideologias de centro e de direita.

Com relação ao alinhamento político dos prefeitos dos pequenos municípios com o presidente da República foram estabelecidas três variáveis *dummies* para representar essas relações: a primeira determina se o prefeito e o presidente pertenciam ao mesmo partido político (*relação partidária presidente*). A segunda define se o partido político do presidente fez parte da coligação que elegeu o prefeito (*coligação direta presidente*) e a terceira estabelece se pelos menos um dos partidos políticos da coligação do presidente fez parte da coligação municipal que elegeu o prefeito, excluído o partido do presidente (*coligação indireta presidente*). O mesmo procedimento foi empregado em relação à vinculação política dos pequenos municípios com o governo do seu estado: *relação partidária governador*, *coligação direta governador* e *coligação indireta governador*.

O esperado é que essas associações políticas contribuam para as finanças municipais, gerando um incremento de suas receitas, principalmente pela liberação de recursos de transferências voluntárias. Assim, a expectativa é que, quando tais alinhamentos políticos se configuraram, os pequenos governos locais registraram aumentos de gastos com administração/planejamento, educação e saúde, quando comparados com os pequenos municípios nos quais essas relações políticas não existiam.

A competição política é representada pelas variáveis: (i) número efetivo de partidos (NEP) do Executivo municipal; e (ii) número efetivo de partidos (NEP) do Legislativo municipal. Assim, têm-se variáveis representando a competição no poder Executivo e no Legislativo municipal. Foram consideradas as eleições de 2000, 2004 e 2008.

Além das variáveis explicativas, é utilizado um conjunto de variáveis de controle, comumente empregadas em estudos com entes subnacionais. Embora não estejam diretamente relacionadas com o problema da pesquisa, essas variáveis podem influenciar positivamente (aumento) ou negativamente (diminuição) as variáveis explicadas. As variáveis de controle são as seguintes:

(1) População total (logaritmo natural): quanto maior a população, maiores as necessidades por serviços públicos finalísticos; assim, maiores seriam os gastos com educação e saúde e menores os com administração e planejamento.

(2) População jovem: quanto maior o número de jovens no município, maiores os gastos com a área de educação e menores os das áreas de administração e planejamento e de saúde;

(3) População idosa: quanto maior o contingente dessa faixa populacional, maiores os gastos com saúde. O aguardado é que a relação dessa variável com as despesas de administração/planejamento e de educação seja negativa.

(4) PIB municipal *per capita*: quanto maior a atividade econômica no ambiente local, melhores as condições econômicas à tributação própria e aos repasses das receitas vinculadas às atividades econômicas. Com isso, espera-se relação positiva entre o PIB local e as três áreas de gastos analisadas.

Os modelos de regressão apresentaram autocorrelação residual. Para tratar essa questão empregou-se o processo autoregressivo de primeira ordem (AR1), que assume a existência e corrige a autocorrelação residual mediante a inclusão como variável explicativa da dependente defasada (Y_{it-1}). As regressões foram realizadas no Stata, com a opção *Adjusted Autocorrelation*. Com isso, os modelos analisados seguem a formalização da Equação 3:

$$Y_{it} = \beta_{0it} + \beta_1(Dummy_Ano\ Eleição\ Federal/Estadual_{it}) + \beta_2(Dummy_Ano\ Eleição\ Municipal_{it}) + \beta_3(Dummy_Ideologia\ de\ Centro_{it}) + \beta_4(Dummy_Ideologia\ de\ Direita_{it}) + \beta_5(Dummy_Relação\ Partidária\ Presidente) + \beta_6(Dummy_Coligação\ Direta\ Presidente_{it}) + \beta_7(Dummy_Coligação\ Indireta\ Presidente_{it}) + \beta_8(Dummy_Relação\ Partidária\ Governador_{it}) + \beta_9(Dummy_Coligação\ Direta\ Governador_{it}) + \beta_{10}(Dummy_Coligação\ Indireta\ Governador_{it}) + \beta_{11}(NEP\ Executivo\ Municipal_{it}) + \beta_{12}(NEP\ Legislativo\ Municipal_{it}) + \beta_{13}(População\ Total - Logaritmo\ Natural_{it}) + \beta_{14}(População\ Jovem-\%_{it}) + \beta_{15}(População\ Idosa-\%_{it}) + \beta_{16}(PIB\ Municipal\ per\ capita_{it}) + \alpha_i + \mu_{it} \quad (3)$$

Onde:

Y = variável dependente

β = parâmetro associado ao i-ésimo município no t-ésimo ano ou ao intercepto

α = efeito não observado de cada município

μ = termo de erro

i = representa os municípios

t = representa os anos

A normalidade dos dados é assumida pela Teoria do Limite Central. A inspeção gráfica dos resíduos padronizados *versus* os valores previstos indicaram ausência de heterocedasticidade. Para testar a suposição quanto à ausência de multicolinearidade, nos modelos estimados, foi utilizada a estatística VIF (*Variance Inflation Factor*). O procedimento empregado foi especificar uma regressão pelo método POLS (*Pooled Ordinary Least Squared*) e calcular a estatística VIF. Os resultados evidenciaram a ausência de multicolinearidade, visto que o VIF, de todas as variáveis independentes, nos modelos estimados, ficou abaixo de 10 (dez).

A presente pesquisa emprega os níveis de significância de 0,1%, 1% e 5%. As amostradas da pesquisa, individualizadas por área, constam do Quadro 2, e englobam os anos de 2001 a 2012.

Quadro 2: Amostra analisada na pesquisa

Amostra	Administração/ Planejamento	Educação	Saúde
Amostra Inicial	2.414	2.414	2.414
(-) Observações retiradas	(439)	(371)	(421)
Amostra Analisada	1.975	2.043	1.993

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os dados foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a sua base de dados Finanças do Brasil

(FINBRA), ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao Atlas de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (PNUD) e a base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA). Os dados monetários foram deflacionados pelo IPCA/IBGE e transformados em valores per capita.

5 RESULTADOS DAS ANÁLISES

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados das análises de dados em painel, pelo método de efeitos fixos. Os objetivos são identificar os fatores políticos que exerceram influência sobre os gastos dos pequenos municípios nordestinos nas áreas de administração/planejamento, educação e saúde; e verificar os efeitos das outras variáveis explicativas (socioeconômicas) sobre os gastos públicos locais analisados. Os resultados das regressões estimadas constam da Tabela 2.

As eleições estaduais e federais indicaram aumento dos gastos com educação na ordem de R\$ 6,37 per capita em anos de eleições nacionais, quando comparados com os outros anos da série; os gastos com saúde, também, cresceram nesses períodos, em média, R\$ 8,10 per capita, com se esperava. Não se mostrou significativa no caso da área administrativa.

Os pleitos municipais foram significantes estatisticamente para as três áreas de gastos avaliadas e os sinais seguiram o esperado. Registraram sinal negativo junto aos gastos com administração/planejamento, indicando retração de R\$ 3,31 por habitante nesses períodos. E sinal positivo em relação aos gastos com educação e com saúde. Os com educação aumentaram em R\$ 6,76 per capita em anos de eleições municipais. Quanto aos com saúde o incremento foi de R\$ 11,17 por habitante em anos de eleições locais.

Os resultados evidenciam que os gestores dos pequenos municípios brasileiros, da região nordeste, tendem a priorizar os gastos da área de saúde, tanto nos períodos de eleições estaduais/federais como nas municipais; e o fazem com maior ênfase monetária nas locais.

Esses resultados diferem dos encontrados por Sakurai (2009), que analisou 5.506 municípios brasileiros, em que os anos eleitorais municipais não foram significantes para os gastos com educação. Também não condizem com Cavalcante (2012), que avaliou quase todos os municípios brasileiros e verificou que os gastos em educação se reduziram em anos de eleições municipais, ao contrário do aqui evidenciado. Ainda, em relação às eleições estaduais e federais os resultados da presente pesquisa, seguem os achados de Cavalcante (2012), para este tais períodos influenciaram os gastos com educação aumentando-os.

Quanto aos gastos com saúde, os resultados da presente pesquisa são semelhantes ao de Sakurai (2009) em relação às eleições municipais e diferente dos encontrados por Oliveira e Carvalho (2009) nos municípios fluminenses, em que os anos de eleições, tanto federal como estadual não foram influentes sobre os gastos da área de saúde.

A ideologia partidária somente foi significativa em relação aos gastos com administração/planejamento, evidenciando que os pequenos municípios governados por prefeitos classificados ideologicamente como de centro, aplicaram mais recursos que os de esquerda (usados como referência na pesquisa).

Quanto aos gastos com educação e saúde, as ideologias não foram significantes. Com isso, não há evidências de que os partidos políticos classificados ideologicamente à esquerda, que governaram os pequenos municípios da região nordeste, aplicaram mais recursos nessas áreas de gastos públicos do que os classificados como de centro e de direita, em razão da falta de significância estatística registrada.

Tabela 2: Determinantes dos gastos com administração e planejamento, educação e saúde – efeitos fixos – 2001 a 2012 – pequenos municípios da região nordeste

Variáveis Explicativas	Municípios com menos de 5 mil habitantes - nordeste		
	Gastos Per Capita		
	Administração Planejamento	Educação	Saúde
Eleições Estaduais/Federais	-1,08 (-0,76)	6,37*** (3,55)	8,10*** (4,89)
Eleições Municipais	-3,31* (-2,08)	6,76** (3,43)	11,17*** (6,28)
Ideologia de Centro	12,15** (2,78)	-0,86 (-0,17)	-4,94 (-1,17)
Ideologia de Direita	5,14 (1,23)	2,69 (0,56)	0,94 (0,23)
Relação Partidária Presidente	12,88 (1,75)	9,36 (1,13)	0,20 (0,03)
Coligação Direta Presidente	-1,16 (-0,37)	3,95 (1,07)	1,43 (0,46)
Coligação Indireta Presidente	3,17 (1,57)	12,10*** (5,03)	2,88 (1,38)
Relação Partidária Governador	0,86 (0,25)	-5,65 (-1,39)	0,56 (0,16)
Coligação Direta Governador	3,05 (1,23)	0,14 (0,05)	-1,39 (-0,54)
Coligação Indireta Governador	5,09* (2,42)	1,36 (0,55)	4,83* (2,26)
NEP Executivo	5,20 (1,17)	-0,63 (-0,12)	-5,34 (-1,27)
NEP Legislativo	4,92*** (3,89)	2,22 (1,55)	4,73*** (3,95)
População Total (Log. Natural)	-0,21 (-0,09)	3,69 (1,36)	1,35 (0,53)
População Jovem (%)	-243,89*** (-5,87)	-759,70*** (-15,73)	-519,09*** (-12,37)
População Idosa (%)	1162,78*** (10,85)	2261,27*** (17,34)	1701,34*** (15,25)
PIB municipal <i>per capita</i>	0,019*** (7,02)	0,050*** (13,40)	0,026*** (8,14)
Constante	-3,33 (-0,45)	46,78*** (4,18)	46,40*** (3,78)
Nº Observações	1.975	2.043	1.993
R ²	0,3364	0,5784	0,4959
Estatística F	45,43	128,63	89,15
Prob > F	0,000	0,000	0,000
Teste de Chow	13,50	12,60	8,86
Prob > F	0,000	0,000	0,000
Teste de Hausman	96,79	290,36	167,70
Prob > Chi2	0,000	0,000	0,000

Nota: Significância: 0,01%***; 1%**; 5%*

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Esses resultados são contrários aos de Cavalcante (2012), no qual os partidos de esquerda registraram níveis de gastos com educação distintos às demais ideologias partidárias. Também, quanto aos encontrados em Sakurai (2009), no qual os partidos de esquerda e de direita aplicaram menos recursos na área de educação em comparação com os de centro. Ainda

é diferente da pesquisa de Sakurai (2009), quanto aos gastos com saúde, naquela pesquisa as ideologias de direita e esquerda destinaram mais recursos para a área de saúde do que os de centro, na presente pesquisa as ideologias partidárias não se mostraram influentes para a área de saúde.

As formas de alinhamento político, entre os pequenos governos locais da região nordeste e o federal, somente apresentaram significância por meio da coligação indireta e sobre os gastos com educação. Com isso, quando esse alinhamento político existiu, registrou-se aumento per capita sobre os gastos educacionais na ordem de R\$ 12,10, em comparação com aqueles em que essa forma de alinhamento político não se concretizou.

A relação partidária indireta entre o prefeito e o governador apresentou significância estatística, na análise das aplicações de recursos na área de administração/planejamento e de saúde. O sinal positivo indicou incremento sobre os gastos administrativos de R\$ 5,09 por habitante quando esse relacionamento político se evidenciou e de R\$ 4,83 na área de saúde.

Esses resultados diferem dos achados de Oliveira e Carvalho (2009) e Sakurai (2009), nestes, o alinhamento político entre o governo municipal e o federal foi nulo em relação aos gastos de educação. Entretanto, são iguais quanto aos gastos da área de saúde, para aqueles o alinhamento político entre os governos locais e o federal não influenciaram os gastos com saúde, como os desta pesquisa.

Quanto ao relacionamento dos pequenos municípios da região nordeste com os governos de seus estados os resultados são semelhantes aos de Sakurai (2009) em relação à área de saúde, ou seja, quando esse vínculo político se concretizou os gastos com saúde aumentaram.

A variável representativa da competição política para o Executivo municipal (Número Efetivo de Partidos) não foi significativa para às áreas de gastos avaliadas. O Número Efetivo de Partidos do Legislativo municipal, entretanto, contribuiu para aumentar as despesas da área administrativa e de saúde. Ou seja, quanto maior a disputa partidária pelas vagas do Legislativo local, maior o valor aplicado nessas áreas. A estimacão indicou acréscimo médio de R\$ 4,92 per capita, na área de administração/planejamento, para cada ponto de acréscimo do NEP do Legislativo local, diferente do esperado. Quanto aos gastos de saúde, quanto maior a disputa entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores, maior o valor aplicado na saúde pública local, conforme indicado. O acréscimo foi de R\$ 4,73 per capita para cada ponto de acréscimo no NEP. Não sendo significativo no caso da área de educação.

Os resultados da competição política sobre os gastos da área de educação e de saúde assemelham-se de Cavalcante (2012) em estudo sobre gastos sociais nos municípios brasileiros.

A população total não apresentou significância para com as áreas de os gastos públicos estudadas. Indicando, nesses casos, que a população local não influencia tais gastos. Esses resultados contrariam os de Sakurai (2009) e de Cavalcante (2012; 2013).

A proporção da população jovem foi estatisticamente significativa em todas as análises envolvendo os gastos com administração/planejamento, educação e saúde. A relação apresentada foi negativa; o que era esperado quanto aos gastos administrativos e com saúde, e não era no caso da educação. Os resultados negativos evidenciados pela população jovem sobre os gastos com educação já haviam sido encontrados por Sakurai (2009) e Cavalcante (2013) em pesquisa com todos os municípios brasileiros.

A relação negativa entre a população jovem e os gastos educacionais locais, é explicada pelo fato de que a proporção da população jovem, nos pequenos municípios, diminuiu de 2001 para 2012, em contrapartida o gasto per capita em educação aumentou, ou seja, mesmo com a redução da população assistida a opção dos governantes locais foi priorizar a aplicação de recursos em educação. A variação dos gastos, levando em conta toda a população, foi maior que a variação da população jovem. Outro aspecto a ser considerado é a regulação da área, que determina aplicação mínima de recursos com base nas receitas originárias de impostos (25%), aspecto que se mostrou eficiente no caso dos pequenos municípios, pois, os recursos destinados

à educação aumentaram constantemente durante a série analisada, mesmo com a redução da população assistida.

A população idosa apresentou relação positiva tanto nas análises dos gastos com administração/planejamento, como nos com educação; contrário do esperado. No caso dos gastos com saúde o relacionamento também foi positivo, conforme era esperado. Com isso, quanto maior a população idosa maiores os gastos com administração/planejamento, educação e saúde locais.

Os efeitos da população idosa diferem das descobertas de Sakurai (2009), que indicou relação negativa da população idosa com os gastos de educação, e também em relação a Cavalcante (2013), no qual a população idosa não foi estatisticamente significativa.

O PIB per capita municipal quando estatisticamente significativa contribuiu para aumentar os gastos com as áreas de administração/planejamento, de educação e de saúde. Esses resultados contrariam os de Vieira e Arvate (2008), em que o PIB municipal não foi significativa, também, os de Sakurai (2009) quanto aos gastos com saúde.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade principal desta pesquisa foi contribuir para a compreensão dos efeitos do ciclo político eleitoral (calendário eleitoral), da ideologia política, das formas de alinhamentos políticos entre os pequenos governos locais e os entes públicos superiores e da competição política sobre as políticas públicas reguladas e não reguladas dos municípios com até cinco mil habitantes da região nordeste brasileira.

Os resultados da pesquisa indicaram que o ciclo político orçamentário é um fator político influente sobre as políticas públicas reguladas e não reguladas nos pequenos municípios nordestinos. Que os pleitos eleitorais locais exercem maior impacto monetário sobre os gastos de saúde. Os resultados indicam ainda que, os gestores dos pequenos municípios nordestinos tendem a aplicar mais recursos em políticas de educação e de saúde quando as disputas eleitorais são locais. Isso contraria trabalhos que estudaram a totalidade dos municípios e nos quais esses períodos eleitorais não se mostraram significantes para os gastos em educação. Outro achado, é que a área de saúde é priorizada tanto nos pleitos nacionais como nos locais, nos pequenos municípios do Nordeste.

A ideologia política não se mostrou um aspecto relevante sobre os gastos locais analisados, reportando que, nos pequenos municípios da região nordeste, não é possível afirmar que os governantes alinhados à esquerda do espectro ideológico partidário diferenciam-se dos vinculados ao centro e à direita em relação à execução das políticas públicas nas áreas de administração/planejamento, educação e saúde, por meio da execução do orçamento municipal.

Quanto aos impactos dos alinhamentos políticos sobre as políticas fiscais reguladas e não reguladas, os resultados das análises evidenciaram baixa influência das formas de relacionamento político entre os pequenos governos locais e os entes públicos superiores (União e estados). As coligações indiretas foram relevantes para aumentar os gastos locais regulados (educação e saúde) e não regulados (administração/planejamento), e contribuíram para incrementar a aplicação de recursos nessas áreas nos pequenos municípios da região nordeste. A educação pela vinculação partidária com o governo central e as áreas de administração/planejamento e de saúde pela com os governos estaduais.

A competição política no Executivo municipal não se mostrou um fator influente para as três áreas de gastos: administração/planejamento, educação e saúde. Evidenciando que, na região nordeste, a competição política para o Poder Executivo não é um fator preponderante, em especial, para os gastos em políticas públicas universais ou sociais, como é o caso da educação e saúde.

Por fim, a competição política no âmbito do Legislativo municipal revelou que tanto os gastos com administração/planejamento como os com saúde são impactados positivamente quando a disputa entre os partidos cresceu naquele poder. Entretanto, os com educação não são influenciados por esse aspecto político nos pequenos municípios da região nordeste.

Portanto, os fatores políticos que influenciaram as políticas públicas reguladas (educação e saúde) foram: o ciclo político eleitoral (calendário eleitoral), a coligação indireta com o Presidente e com o governo do estado e a competição política no poder Legislativo. E na não regulada (administração/planejamento) foram: o ciclo político eleitoral municipal, a ideologia política de centro, a coligação indireta com o Governador e a competição política no poder Legislativo local.

Os resultados encontrados se limitam aos municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes da região nordeste e ao período de 2001 a 2012, não sendo recomendada a extrapolação dos achados para outros grupos ou faixas populacionais.

Diante dos resultados apresentados neste trabalho, sugere-se a realização de mais estudos com esse mesmo grupo de municípios, porém avaliando outras áreas de gastos municipais, como habitação e urbanismo e transporte, ou com investimentos públicos possibilitando ampliar o entendimento sobre as políticas públicas nesse âmbito, bem como, pesquisa que englobem grupos de municípios em outras faixas populacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo, democracia e governo no Brasil: ideias, hipóteses e evidências. **BIB**, São Paulo, n. 51, pp.13-34, 2001. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=129&Itemid=435. Acesso em: 01 ago. 2016.

ARRETCHE, Marta; RODDEN, Jonathan. Política distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.47, n.3, pp. 549-576, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n3/a04v47n3.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

ARRETCHE, Marta T. S. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012.

ARVATE, Paulo. R.; AVELINO, George; LUCINDA, Claudio R.. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.38, n.4, pp. 789-814. Out./Dez. 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v38n4/v38n04a04.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan. Political budget cycles in new versus established democracies. **National Bureau of Economic Research – NBER**. Working Paper nº 10539. Cambridge, Jun., 2004. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w10539.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017

CAVALCANTE, Pedro L. C. **A política faz diferença?** Uma análise comparada dos determinantes políticos do desempenho dos governos municipais no Brasil. 2012. 230 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/10612>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CAVALCANTE, Pedro. A competição eleitoral gera governos mais eficientes? Um estudo comparado das prefeituras no Brasil. **Revista de Administração Pública- RAP**. Rio de Janeiro, v.47, n.6, pp. 1569-1591, Nov./Dez., 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000600011>. Acesso em: 04 mar. 2017.

CHHIBBER, Pradeep; NOORUDDIN, Irfan. Do Party Systems Count? The Number of Parties and Government Performance in the Indian States. **Comparative Political Studies**, v. 37 n. 2, pp. 152-187, March, 2004. Disponível em: doi:10.1177/0010414003260981. Acesso em: 20 fev. 2017.

COÊLHO, Denílson. B. Competição política e a nova agenda social: por que os partidos políticos de esquerda e direita difundiram programas de transferência de renda no Brasil? **Anais... 13º Congresso BIEN (Basic Income Earth Network)**. São Paulo, Brasil, de 30/06 a 02/07 de 2010. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/denilsonbandeiracoelhoCompeticaopoliticaeanovaagendasocial.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

COPPEDGE, Michael. A Classification of Latin American Political Parties. Working Paper, nº 244. Notre Dame: The Helen Kellogg Institute for International Studies. Nov., 1997. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/244.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

DRAZEN, Allan; ESLAVA, Marcela. Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. **National Bureau of Economic Research – NBER**. Working Paper nº 11085. Cambridge, Jan., 2005. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w11085.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FÁVERO, Luiz. P.; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana L. da; CHAN, Betty L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERNANDES, Luis. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, pp. 107-144, 1995.

FERREIRA, Ivan F. S.; BUGARIN, Mauricio. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v.61, n.3, pp. 271-300, Jul./Set., 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402007000300001>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5ª ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill e Bookman, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo demográfico de 2000 – Brasil. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao.shtm>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros. 1999 a 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Sinopse do censo demográfico de 2010 – Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=00&dados=1>. Acesso em: 06 out. 2016.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. The "Effective" Number of Parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n.1, pp. 3-27, April, 1979. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/_with_Application_to_West_Europe. Acesso em: 04 abr. 2016.

LEITE, Adailton A. B. **Descentralização, responsabilização e (des)controle: determinantes e impactos da corrupção e má gestão dos recursos federais nos municípios brasileiro**. 2010. 247 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Revista Ambiente Contábil – ISSN 2176-9036 - UFRN – Natal-RN. v. 10. n. 2, p. 91 – 113, jul./dez. 2018.

Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/Tese_Adailton_Amaral_Barbosa_Leite.pdf. Acesso em: 14 jan. 2017.

MAINWARING, Scott; POWER, Timothy; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – MF/STN. **Finanças do Brasil – FINBRA – 2001 a 2012**. Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/index.asp. Acesso em: 10 set. 2017.

NORDHAUS, William D. The Political Business Cycle. **The Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, pp. 169-190, Apr., 1975. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2296528>. Acesso em 20 fev. 2017.

OLIVEIRA, K. V.; CARVALHO, F. A. A. A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período de 1998 a 2006. **Revista de Contabilidade e Organizações – RCO**. v. 3, n. 5, pp. 121-141, Jan./Abr., 2009. Disponível em: <http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/50>. Acesso em: 20 fev. 2017.

PETTERSON-LIDBOM, Per. A test of the rational electoral-cycle hypothesis. **Research Papers in Economics**. Nº 2003: 16. Stockholm University. 2003. Disponível em: http://EconPapers.repec.org/RePEc:hhs:sunrpe:2003_0016. Acesso em: 22 fev. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

QUEIROZ, Dimas Barrêto de. **Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais**: um estudo nos municípios brasileiros. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19215/1/2015_DimasBarretodeQueiroz.pdf. Acesso em: 06 mar. 2018

RODRIGUES, Gilmar. Democracia e partidos políticos: os gastos públicos municipais como instrumento de análise político-ideológica. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. [Livro Eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Cap. 9, 2007.

RODRIGUES, Gilmar. **Partidos políticos e gastos públicos em Santa Catarina**: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimentos. 2010. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93997/281205.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2017.

RODRIGUES, Leôncio M. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**. São Paulo, v. 17, n. 48, pp. 31-47, Fev., 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000100004>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ROGOFF, Kenneth; SIBERT, Anne. Elections and Macroeconomic Policy Cycles. **The Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, Jan., pp. 1-16, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2297526>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ROGOFF, Kenneth. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**. v. 80, n. 1, pp. 21-36, March, 1990. Disponível em: http://scholar.harvard.edu/files/rogoff/files/51_aer90.pdf. Acesso em: 20 fev. 2017.

SAKURAI, Sergio; GREMAUD, Amaury P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001). **Economia Aplicada**. São Paulo, v. 11, n. 1, pp. 27-54, Jan./Mar. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502007000100002>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SAKURAI, Sergio N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.39, n.1, pp. 39-58. Jan./Mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n1/v39n1a02.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SÁTYRO, Natália G. D. **Política e instituições e a dinâmica das políticas sociais nos estados brasileiros**: uma análise após a redemocratização. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 178 p.

SCHUKNECHT, Ludger. Fiscal policy cycles and public expenditure in developing countries. **WTO Staff Working Paper**, No. ERAD-98-06. 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/90683>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SHI, Min; SVENSSON, Jacob. Political budget cycles: do they differ across countries and why? **Journal of Public Economics**. v. 90, p. 1367-1389, 2006. Disponível em: http://people.su.se/~jsven/PBC_JPubEc.pdf. Acesso em: 16 mar. 2017.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas públicas universais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.18, n.2, pp. 27-41. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a04v18n2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n.24, pp. 105-121, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100008>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 05 mar. 2018.

TAROUCO, Gabriela S.; MADEIRA, Rafael M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 21, n. 45, pp. 149-165, Mar. 2013a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____.; _____. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista DEBATES**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.93-114, Mai./Ago. 2013b. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/38573/26637>. Acesso em: 30 mar. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. Estatísticas e resultados das eleições: 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 10 out. 2016.

VEIGA, Linda G.; VEIGA, Francisco J. Political Business Cycles at the Municipal Level. **Public Choice**, v. 131, I.1-2, pp. 45-64, April, 2007. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11127-006-9104-2>. Acesso em: 10 fev. 2017.

VIEIRA, Fausto J. A.; ARVATE, Paulo R. Eleições municipais: como interagem os prefeitos e as outras esferas de governo para alcançar maior sucesso nas urnas. 2008. In: Encontro Nacional de Economia, 36, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211138360-.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. **Seminário Legislator Views of Brazilian Governance**. Universidade de Oxford. Setembro, 2009. Disponível em: <http://fas-polisci.rutgers.edu/zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. (Orgs). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 37-60.